

VANESSA LAZAROTTI

A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1970 A 1990

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Demian Castro

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA LAZAROTTI

A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1970 A 1990

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



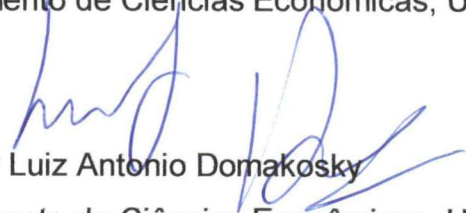
Professor Doutor Demian Castro

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Professor José Felipe Araujo de Almeida

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Professor Luiz Antonio Domakosky

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 26 de novembro de 2007.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	02
2.	A DESIGUALDADE NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES.....	04
2.1.	A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL.....	04
2.2.	O INÍCIO DO DEBATE E OS ESTUDOS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980.....	09
3.	A DÉCADA DE 90: DESIGUALDADE ATRELADA A EDUCAÇÃO.....	14
4.	A EDUCAÇÃO E O SEU PAPEL NO PERÍODO ATUAL.....	19
5.	A DESIGUALDADE DE RENDA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS.....	24
5.1.	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	28
6.	CONCLUSÃO.....	31
7.	REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

Por muitos anos o Brasil vem ostentando um dos piores padrões distributivos do mundo. Há uma série de fatores apontados por pesquisas aplicadas à distribuição de renda que demonstram essa situação, tais como heterogeneidade educacional, características socioocupacionais e discriminação. Sendo assim, a desigualdade de renda tem sido objeto de pesquisa em diversos estudos ao longo da história brasileira, na qual se observa uma das piores distribuições de rendimento. O índice de Gini mostra que a desigualdade no país oscilou entre 0,58 e 0,63 durante o período de 1977 a 1999, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o que demonstra uma estabilidade de longo prazo do problema, que resiste aos ciclos econômicos, a políticas de inserção social e de combate à pobreza. Outro ponto a ser observado é o nível de renda no Brasil que se encontra na média mundial, logo o aspecto mais adverso não é o nível de renda, mas a desigualdade de sua distribuição: os 50% mais pobres da população e o 1% mais rico tinham participação idêntica na renda total — 13,3% (IBGE/PNAD (1995)). Sendo assim, o que ocorre é uma elevada desigualdade na distribuição que está necessariamente associada a um nível de pobreza absoluta mais elevada que aquele que ocorreria em condições distributivas menos adversas.

A persistência da má distribuição de renda gera uma herança histórica, transferindo entre gerações esta situação perversa. O fato de estar situado num ponto específico da distribuição de renda faz com que o indivíduo tenha acesso diferenciado aos recursos disponíveis, tais como sistema educacional, treinamento no trabalho, ascensão profissional e acesso ao mercado de capitais. Sendo assim, o trabalho tem como objetivo observar a evolução da distribuição de renda ao longo dos últimos trinta anos, e constatar quais as alternativas para reverter a situação.

Com fim de alcançar os objetivos propostos, este trabalho contextualizará o problema distributivo com a conjuntura macroeconômica do Brasil desde os anos 1970 ao final dos últimos anos. A revisão da literatura será feita resgatando-se parte da discussão teórica sobre as origens e características da desigualdade no país. E também, alguns estudos mais recentes que incorporam a discussão dos efeitos da posição condicional dos indivíduos na distribuição de rendimentos.

Em face desta constatação, o trabalho que se segue é composto primeiramente por uma análise na distribuição de renda, que tem seu início por volta das décadas de 1960 e 1970. Ainda neste capítulo, será feita uma abordagem discutindo os estudos no que tange a desigualdade de rendimentos, tal debate pode ser observado pela análise de dois grupos, de um lado os economistas ligados ao governo, e de outro, os economistas que objetivam atacar o modelo de crescimento adotado pelo governo. Em um segundo momento, tem-se uma abordagem que possui como referência o nível de educação na tentativa de justificar a distribuição de renda brasileira. E, por fim, uma análise de tempos mais recentes que procura expor abordagens atuais referente ao tema.

2. A DESIGUALDADE NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES

O fenômeno da desigualdade não é algo recente no cenário brasileiro, tendo sua evolução atada à história nacional. Suas principais mensurações mais precisas, em nível nacional, datam dos anos 1970, sobretudo após a divulgação dos dados do Censo Demográfico Brasileiro. O que se observa é que o país não é pobre e sim desigual, no decorrer dos anos, o Brasil foi caracterizado como ostentando um dos piores padrões distributivos do mundo. As pesquisas aplicadas ao país apontam para uma série de fatores relacionados à distribuição de renda, tais como heterogeneidade educacional, características socioocupacionais e discriminação. Porém, a importância relativa de cada fator tem sofrido significativas alterações ao longo dos anos, atingindo de forma diferenciada grupos distintos de trabalhadores.

2.1. A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, a ótica do crescimento econômico determinou decisões políticas do Brasil, criando a idéia de que a superação das questões sociais, dentre elas distribuição de renda, seria uma consequência direta da expansão da economia. Motivadas por este pensamento, as medidas adotadas facilitaram a aceleração do ritmo de crescimento e permitiram que choques externos fossem superados com relativa eficiência, tal como o primeiro choque do petróleo em 1973, respondendo pelo governo via implementação do Segundo Plano de Desenvolvimento (II PND).

Entretanto, pelo menos no espaço de tempo entre os Censos de 1960 e 1970, o desempenho da economia não foi acompanhado de uma melhora nos indicadores de concentração de renda. Como observam BONELLI e RAMOS (1995):

“(...) o que também chama atenção na análise destes resultados é que a desigualdade parece ter aumentado independentemente do contexto macroeconômico. Como é bem sabido, tanto os anos 1960 quanto os 1970 foram, em média, períodos de crescimento acelerado da renda e do emprego. O contraste com o desempenho agregado nos anos 1980 é, nesse sentido, gritante. No entanto, o aumento da desigualdade, conforme medido pelo índice de Gini, foi aproximadamente da mesma

magnitude nas décadas de 1970 e 1980 quando se compara os anos extremos”.

De acordo com LANGONI (1973), “ao dividir a distribuição de renda em decis, a renda real média obteve no período um aumento significativo em todos os décimos, com exceção para os 10% mais ricos, que aumentam em 20% a sua participação na renda total”, apontando, então, para o aumento da concentração de renda, também refletida pelos índices de Gini (passa de 0,499 para 0,5684) e T de Theil (de 0,469 para 0,644) para a população de rendimentos positivo¹.

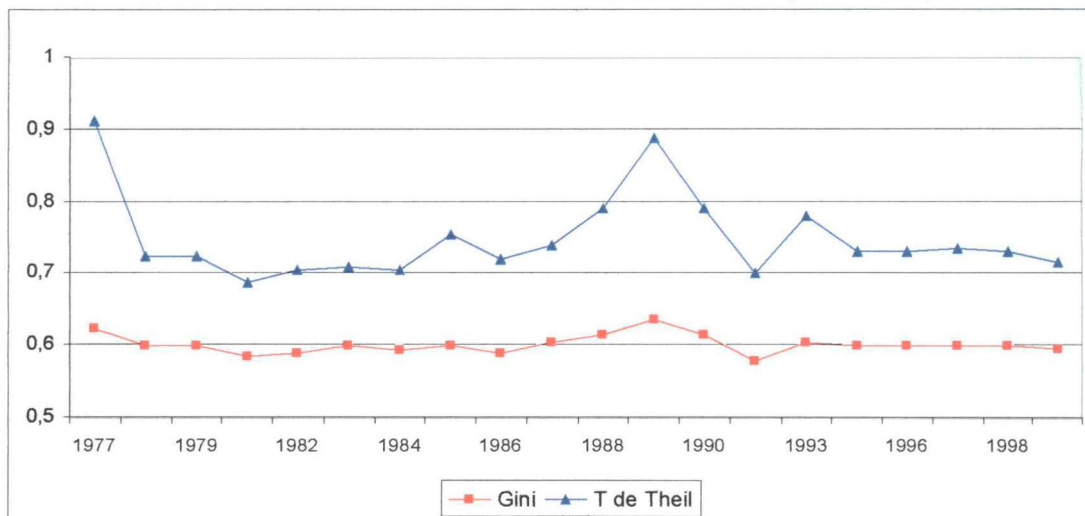
Para a década de 1970, dados do Censo revelam que “o índice de Gini inicia o período com um valor de 0,57, sofre pequenas oscilações no decorrer dos anos e encerra a década com uma leve deterioração, atingindo o valor de 0,59”, de acordo com BONELLI e SEDLACEK (1989). E, também para essa década, “os indivíduos mais ricos, situados no último décimo da distribuição de renda, obtiveram os maiores ganhos reais de renda, ao passo que ocorre uma redução na participação dos oito primeiros décimos na absorção da renda gerada”. Um estudo realizado por HOFFMANN e KAGEYAMA (1985) para os anos 1970 mostram que “o índice de Gini calculado de acordo com o conceito de renda familiar para o Brasil permaneceu praticamente inalterado na década”. Este fato deve-se, segundo esses autores, a três motivos: “maior número de membros por família que trabalham, menor tamanho médio das famílias e menor grau de desigualdade na Região Sudeste”.

No final dos anos 1970, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disposto no gráfico 1, permitem observar melhoras na desigualdade até 1981, mais visível pelo índice T de Theil, que passa de 0,912, no início da série, para 0,688. Apesar da menor variação, o índice de Gini deixa evidente a tendência de redução da desigualdade no período, registrando um valor de 0,586, no ano de 1981, contra 0,624, de 1977. Estes resultados, de acordo com CACCIAMALLI (2002), podem, em parte, ser atribuídos à “manutenção do crescimento econômico com a expansão do emprego; taxas

¹ Os índices de Gini e de T de Theil são duas medidas de concentração da renda amplamente empregadas na literatura. A principal diferença entre eles é que, quando as informações estão agrupadas segundo um critério qualquer, tal como região ou sexo, o índice T de Theil pode ser decomposto em uma medida da desigualdade intergrupos e intragrupos. (HOFFMANN, 1998).

relativamente baixa de inflação; e políticas sociais redistributivas que poderiam vir a sustar o crescimento perverso da desigualdade no país”.

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE GINI E T DE THEIL: BRASIL (1977 - 1999)*

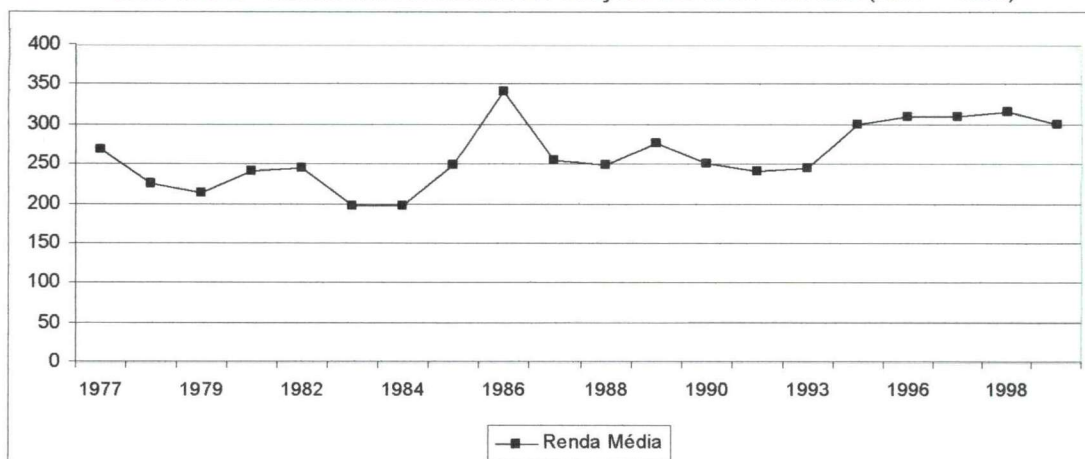


Fonte: IPEA.

Nota: *Série interrompida em 1980, 1991 e 1994.

Ao mesmo tempo, o GRÁFICO 2 mostra que ocorreu uma redução na renda real média, corroída pelo processo inflacionário, já indicando o início da crise econômica que se arrastaria pela década de 1980. Após 1982, a renda média atingiu seus piores resultados em 1983 e em 1984, enquanto os indicadores de concentração, como o índice de Gini, permanecem praticamente estáveis até 1985, ano anterior à implantação do primeiro choque heterodoxo de combate à inflação em 1986 (Plano Cruzado).

GRÁFICO 2 - RENDA REAL MÉDIA A PREÇOS DE 1997: BRASIL (1977 - 1999)*



Fonte: IPEA.

Nota: *Série interrompida em 1980, 1991 e 1994.

REIS, RODRIGUEZ e BARROS (1993), afirmam sobre períodos de inflação:

(...) taxas elevadas de inflação podem afetar de maneira espúria a desigualdade de renda observada. Como as pesquisas domiciliares medem as rendas recebidas em um determinado mês, e dado que os reajustes salariais ao longo do ano são dessincronizados, é possível que uma taxa de inflação mais elevada esteja associada a um nível de desigualdade também mais alto (...) existe uma forma concreta através da qual a inflação é concentradora de renda: decorre do fato de segmentos da população de mais baixa renda terem menor capacidade de se defender da corrosão provocada pela inflação (...).

Face à visível aceleração da taxa de inflação, que resistia às receitas ortodoxas de controle da demanda interna e restrição à expansão do crédito, é estabelecido o Plano Cruzado em 1986 que, dentre os pacotes do governo José Sarney, é o de objetivo antiinflacionário mais audacioso, ao propor a “inflação zero”. O otimismo dos agentes e o inesperado apoio popular favoreceram a conquista dos objetivos, e a inflação, de fato, mostrou sinais de queda nos meses seguintes. Em resposta, os índices de concentração apresentaram pequenas reduções, e a renda real média alcançou o seu maior valor em toda a série.

Passada a euforia inicial, os planos seguintes não foram capazes de controlar a aceleração inflacionária, e a concentração de renda aumentou paulatinamente até 1989, ano que a desigualdade atinge seu pior resultado na

série apresentada pelo índice de Gini. De modo mais geral, a década de 1980 é a que apresenta as maiores oscilações do nível de desigualdade, terminando o período com uma tendência de alta. HOFFMANN (1995) destaca que “a aceleração inflacionária pressionou para cima os indicadores de desigualdade, através da falta de sincronia entre reajustes salariais de categorias diferentes, e entre estas e o nível geral de preços”. O que ocorreu segundo HOFFMANN (1995), foi “que a inflação acelerada contribuiu para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda no país, que atingiu um pico em 1989, no último ano do governo Sarney”. De acordo com os dados da PNAD de 1989, “naquele ano o índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas com rendimento positivo atingiu 0,630 (IBGE, 1997)”. Isso colocava o Brasil como o mais desigual entre os países do mundo, e sendo assim a inflação elevada contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda. Quanto ao resultado final da renda real média no período, o Plano Verão de 1989, última tentativa do governo Sarney de retirar a economia do processo de aceleração inflacionária, foi capaz apenas de trazê-la de volta a valores próximos dos obtidos em 1977. A partir de então, a renda real entra em um novo ciclo de queda até 1993, captando os efeitos do Plano Collor e do ambiente imediatamente anterior ao Plano Real.

De 1993 em diante, a história da evolução da desigualdade é, basicamente, de repetições dos indicadores ao longo dos anos, com o índice de Gini variando entre 0,604 no ano de 1993 e 0,567 em 1999. Paralelo ao contexto macroeconômico, que se torna mais favorável com a superação do processo de impeachment, a renda real média se recupera, atingindo níveis superiores aos verificados no início dos anos 80, mas sem alcançar o mesmo desempenho observado em 1986. Após 1994, o Plano real parece contribuir para leves aumentos seguidos da renda real média, mas sem retirar a desigualdade de sua rota estável.

Considerando todo o período da série do IPEA, o resultado final é um retorno da desigualdade aos níveis de 1980, mas com uma renda média superior, demonstrando uma estabilidade histórica do problema distributivo, como bem observado por BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2001), que atentam para o fato do Brasil apresentar uma das piores distribuições de renda do mundo.

Muito se tem debatido sobre as razões de tal estabilidade ou sobre suas conseqüências sociais, sobretudo no que se refere às parcelas da população menos capazes de proteger suas rendas de variações na economia, diante disso, a próxima seção deste capítulo busca entender a existência e o comportamento da desigualdade.

2.2. O INÍCIO DO DEBATE E OS ESTUDOS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Os primeiros trabalhos mais detalhados sobre distribuição de rendimentos se fazem presentes no Brasil a partir da década de 1970, quando os autores, motivados pela análise dos efeitos das políticas salariais de 1965, recorrem aos microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), provenientes do Censo e, posteriormente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)². As pesquisas empíricas iniciais observam uma piora nos indicadores de concentração de renda ao longo da década, e desencadeiam o debate sobre as causas do fenômeno, sobretudo no que tange aos efeitos distributivos da aceleração do processo de crescimento econômico. O centro fundamental da discussão gira em torno de dois grupos teóricos: de um lado, os economistas ligados ao governo e defensores da política econômica vigente ou adeptos da teoria do Capital Humano, a exemplo de LANGONI (1973), SENNA (1976) e CASTELLO BRANCO (1979), e, de outro, aqueles que visavam atacar o modelo de crescimento econômico adotado pelo governo, enfatizando o ambiente institucional, tais como FISHLOW (1972), HOFFMANN (1973) e MALAN e WELLS (1975).

A ênfase fundamental do primeiro grupo reside no comportamento do mercado de trabalho frente à aceleração do crescimento econômico, onde existiria um natural conflito entre crescimento e distribuição, na medida em que um viés tecnológico gera aumento da demanda por mão-de-obra qualificada,

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) é uma importante fonte anual de informações sobre a realidade social brasileira. A pesquisa coleta informações de cerca de quatrocentos mil indivíduos em cem mil domicílios, cobrindo as áreas de população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. SOARES (2006).

enquanto a sua oferta permanece inelástica no curto prazo. Neste grupo, o estudo de LANGONI (1973) pode ser considerado o marco da discussão, por recorrer à utilização de microdados para o estudo no Brasil.

LANGONI (1973) faz uso de microdados para mensurar a desigualdade nos anos 60, a partir dos dados do Imposto de Renda, da Lei dos Dois Terços e dos Censos de 1960 e 1970. “O acesso aos dados do Imposto de Renda permite separar a renda proveniente do trabalho e a renda de capital, para mostrar a maior concentração desta última, que apresenta um índice de GINI máximo de 0,89, enquanto a distribuição dos salários atinge um índice de 0,47. A Lei dos Dois Terços, por sua vez, possibilita “o estudo setorial da distribuição de salários”, concluindo que “a desigualdade tende a aumentar com o nível salarial”, e que “os setores de maiores níveis de salários (indústria e serviço) apresentam os maiores níveis de concentração (0,41 e 0,45 respectivamente pelo índice de Gini)”. Uma análise dos Censos mostram que os “10% mais ricos da população concentravam 46,47% da renda, em 1970, causando um aumento na ordem de 14% no índice de Gini, entre os anos de 1960 e 1970”.

Buscando explicar esse aumento da concentração, LANGONI (1973) utiliza uma equação de rendimentos individuais, onde o resultado demonstra que “a maior parcela da dispersão da renda é explicada pela escolaridade”. Para LANGONI (1973), “o nível de desigualdade observado é consequência direta da expansão desequilibrada do nível educacional dos trabalhadores”, além da existência de um “viés tecnológico na demanda por mão-de-obra, que beneficiou os mais escolarizados”. Considerando o pressuposto da Teoria do Capital Humano (BECKER, 1964), conclui que “as diferenças na composição educacional dos trabalhadores representam a principal fonte de dispersão de rendimentos do período”. Por outro lado, LANGONI (1973) argumenta que “este fenômeno é decorrente de um processo de desequilíbrio temporário no mercado de trabalho, fruto da rápida expansão da economia, mas que o desenvolvimento econômico reverteria naturalmente o aumento da desigualdade”.

A linha teórica do Capital Humano é também seguida no artigo de SENNA (1976), que analisa os dados da Lei dos Dois Terços, de 1970, a qual conclui que “a desigualdade tende a aumentar com o nível salarial”, e avalia os efeitos da educação e da experiência sobre os rendimentos do trabalho, encontrando cerca

de 34% da desigualdade observada sendo explicada pelas diferenças educacionais dos trabalhadores.

Complementando a visão de desequilíbrios na composição do mercado de trabalho, CASTELLO BRANCO (1979) compara o processo de crescimento com o comportamento do mercado de trabalho nos anos 1969 e 1976, pela Lei dos Dois Terços, apresentando uma tese onde se busca mostrar que, “dada a escassez de recursos humanos qualificados, o aumento da participação relativa de setores com tecnologia mais avançada no produto nacional fez com que os rendimentos dos indivíduos mais capacitados se elevassem desproporcionalmente e de forma diferenciada entre os setores”. Para tanto, CASTELLO BRANCO (1979) utiliza regressões de rendimentos sobre a escolaridade e a experiência no emprego para obtenção de estimativas para o “retorno do investimento em capital humano”, obtendo-se como resultado o aumento da taxa de retorno à educação entre os anos da amostra além de uma variação dos retornos entre os setores de atividade. Pelos resultados, a tese conclui que “o aumento observado na dispersão de rendimentos é um reflexo direto da aceleração do crescimento econômico, face à lenta expansão da oferta da mão-de-obra qualificada”.

A interpretação da desigualdade pelos desequilíbrios temporários no mercado de trabalho acabou por se tornar a visão oficial do governo, como forma de justificar a política de aceleração econômica. Para FISHLOW (1972), o arrocho do salário mínimo na segunda metade da década de 60 foi um dos responsáveis pela deterioração da distribuição de renda no país. O trabalho, de FISHLOW (1972), aponta para uma perversa concentração de renda por intermédio dos dados da renda familiar dos Censos de 1960 e 1970, mostrando que, no Brasil, “tanto a distribuição quanto o nível da renda se comportam de forma negativa”. É constatada a existência de “cerca de 31% das famílias vivendo abaixo dos padrões aceitáveis de renda no Brasil, em 1960”, e que estas, segundo o artigo, “acabam por reproduzir a desigualdade, na medida em que é menor a probabilidade dos filhos de pais pobres freqüentarem a escola”. FISHLOW (1972) acredita que a concentração na distribuição de rendimentos está focalizada, ao contrário de LANGONI (1973), em fatores institucionais, uma vez que, para o

primeiro, o aumento da desigualdade é reflexo direto do fracasso dos instrumentos de política fiscal e monetária do governo Castello Branco.

O aumento da concentração é também observado por HOFFMANN (1973), através dos dados do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT), entre 1969 e 1971. Segundo o trabalho, “a política salarial adotada e a redução do poder de barganha dos sindicatos, alvos de forte repressão, constituem-se em fatores fundamentais para se explicar a piora nos indicadores no período, uma vez que tendem a limitar mais o crescimento da renda entre os trabalhadores de baixa qualificação”.

Apesar de enfatizarem de forma privilegiada os fatores institucionais, as interpretações destes autores com as dos primeiros não são excludentes, uma vez que ambas consideram a importância da heterogeneidade na educação dos indivíduos e carregam, portanto, uma parcela de complementaridade. Não obstante, uma crítica mais teórica e direta pode ser obtida em MALAN e WELLS (1975), onde se argumenta que o trabalho de Langoni não considera os componentes cíclicos de curto prazo, em especial os referentes à condução política no período, acreditando, assim, na hipótese de Kuznets³ sobre o caráter temporário da concentração de renda. Afirmam que a hipótese de desequilíbrios no mercado de trabalho não encontra evidências empíricas sobre “deslocamentos diferenciados das curvas de demanda por trabalhadores qualificados e não-qualificados”, que seriam gerados pelo viés tecnológico da economia.

Em resposta a tais críticas, LANGONI (1973) deixa claro que sua análise se restringe aos componentes de longo prazo do ciclo econômico e que, dada à indisponibilidade de informações anuais, não é possível atribuir quase que exclusivamente às políticas salariais pós 1964 o elevado grau de concentração observado. O autor enfatiza que “as mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho, tais como aumento da participação feminina e aumento da proporção de mais escolarizados sobre os menos escolarizados, teriam sido fenômenos

³ De acordo com essa hipótese, a trajetória do nível de desigualdade de renda correspondente ao processo de desenvolvimento pode ser aproximada pela figura de um U invertido: no decorrer do crescimento da renda *per capita* do país, o nível de desigualdade de renda sobe durante algum tempo e posteriormente começa a declinar.

naturais decorrentes do desenvolvimento econômico”, o que gerou, por sua vez, uma piora na concentração de renda.

A disputa teórica entre Langoni e outros autores é menos intensa na década de 80, tendo em vista a preocupação com o processo de “estagflação”. Segundo WAJNMAN (1989), nos anos 1980, “o debate sobre crescimento econômico versus concentração da distribuição de renda sai da agenda”, abrindo espaço para o debate em torno do agravamento inflacionário combinado à recessão econômica. De qualquer modo, os dados do Censo de 1980 e das PNADs fornecem informações para novas pesquisas sobre o assunto, com ênfase especial no entendimento do comportamento de longo prazo da desigualdade. Alguns trabalhos identificaram uma evolução dos indicadores de desigualdade em formato de U, no sentido de que a mesma teria sofrido reduções até meados da década de 80 e retomado a tendência de aumento desde então. É o caso de BARROS e REIS (1989), na análise das PNADs, entre 1976 e 1986, que decompõem o índice de Theil em suas componentes intra e intergrupos - ou ainda, “entre os grupos” e “dentro dos grupos” -, isto é, o quanto da desigualdade é devido às diferenças entre os grupos distintos. O resultado mostra que a componente intergrupos possui uma maior variação entre as regiões do país, com um baixo desvio padrão temporal, enquanto a intragrupos tende a variar mais ao longo do tempo, seguindo o formato em U da desigualdade total. Em comparação com a hipótese de desequilíbrios temporários, adotada por LANGONI (1973), o trabalho mostra que esta não se verifica no período, uma vez que “a desaceleração da economia não foi acompanhada por uma redução na desigualdade” e, do mesmo modo, “a composição educacional da força de trabalho não sofreu significativas alterações”.

As discussões sobre os fatores relacionados às características da mão-de-obra continuam a ser analisadas nos anos seguintes, quando as pesquisas buscam verificar se o mercado de trabalho é o agente principal no processo de concentração de renda ou se ele atua apenas como um revelador de desigualdades pré-existentes.

3. A DÉCADA DE 1990: DESIGUALDADE ATRELADA A EDUCAÇÃO

Durante a década de 1990, as informações sobre a chamada “década perdida” de 1980 motivam estudos acerca do papel que o contexto macroeconômico possui na evolução da desigualdade, sobretudo na referente ao observado processo de aceleração inflacionária. Uma das preocupações dos estudos é relacionar a desigualdade aos ciclos econômicos de curto prazo, por meio da hipótese de *labor hoarding*⁴, segundo a qual, existiria uma relação entre a taxa de desemprego e a distribuição de rendimentos. Desta forma, os indivíduos de menor qualificação experimentaríamos maiores taxas de desemprego e maiores reduções salariais na fase recessiva do ciclo econômico, por não serem capazes de proteger suas posições no emprego, gerando, por resultado, um aumento da dispersão salarial entre qualificados e não-qualificados.

Regressões usando os índices de Gini e de Theil também são realizadas por HOFFMANN (1995), que as estima em função da taxa de inflação, da renda familiar e de um componente de tendência com dados de PNADs e do Censo entre 1979 e 1990. O uso da renda familiar é uma tentativa de se testar a hipótese de Kuznets sobre a redução da desigualdade após a renda média atingir determinado valor. O estudo evidencia uma relação direta entre taxa de inflação e desigualdade, permitindo concluir que políticas de controle inflacionário podem ser implementadas não apenas com fins de estabilização, mas também visando a redução da desigualdade. Quanto à hipótese de Kuznets, apesar dos sinais coerentes com a teoria, o reduzido número de observações não permite concluir com segurança a respeito da mesma.

A hipótese de *labor hoarding* é ainda testada nos estudos de RAMOS (1991) e BONELLI e RAMOS (1995), com os dados da PNAD e da PME entre 1976 e 1990, e utilizando-se de um teste não-paramétrico para verificar a existência de “uma associação entre a direção das variações na desigualdade e

⁴ A hipótese de *labor hoarding* argumenta que em momentos de contração do ciclo econômico, as firmas tendem a reter por mais tempo os trabalhadores mais qualificados, em decorrência de terem investido mais neles, além de terem incorrido em maiores custos de seleção. Por outro lado, trabalhadores menos qualificados estariam estruturalmente mais sujeitos ao risco de perda de emprego em momentos em que a atividade econômica se retraísse.

na renda per capita". As conclusões apontam para uma confirmação estatística da hipótese de *labor hoarding*, mostrando que a distribuição de renda possui um comportamento "pró-cíclico", além de evidenciar o papel desempenhado pela política macroeconômica no aumento da desigualdade ao longo da década de 80, afirmando que, no curto prazo, não ocorre o conflito entre crescimento e distribuição durante o período.

Independentemente do ciclo econômico, diversos estudos continuam a empregar microdados para a análise da desigualdade, enfatizando os atributos produtivos dos trabalhadores e ainda apontando a heterogeneidade educacional como a principal variável explicativa da dispersão salarial. Por outro lado, o maior acesso ao ensino básico aumentou a oferta de mão-de-obra qualificada, contribuindo para a queda nas taxas de retorno a este fator.

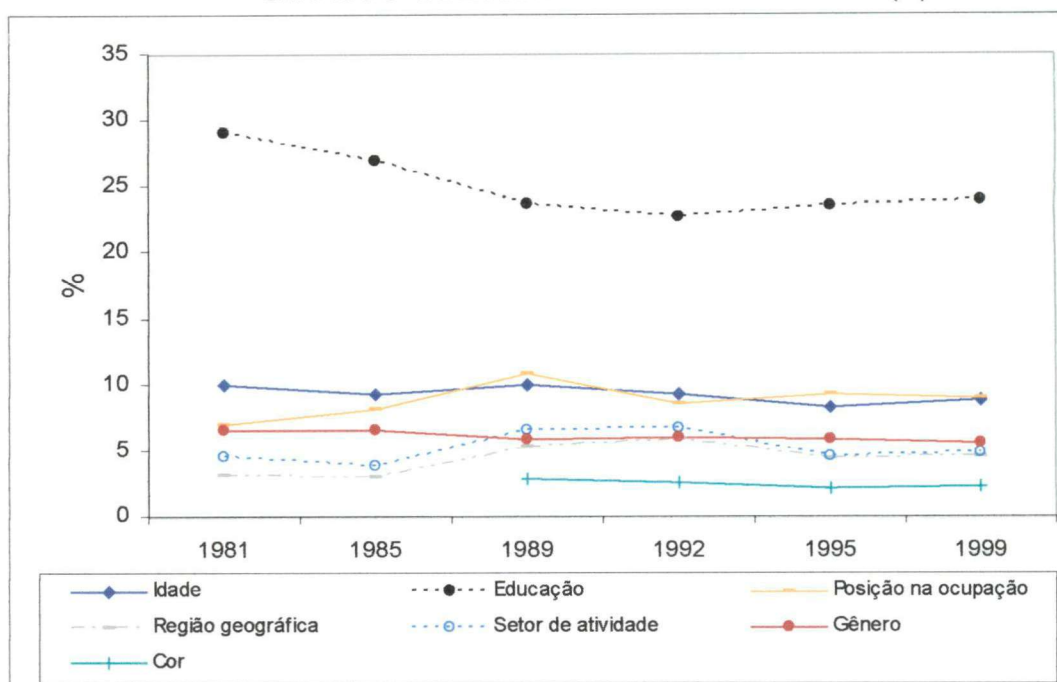
FERNANDES e MENEZES FILHO (1999), com as PNADs entre os anos de 1983 e 1997, notam que, "com exceção do ensino superior, todos os demais níveis educacionais tiveram suas taxas de retorno reduzidas no período" e decompõem a variação da desigualdade em dois efeitos: efeito quantidade e efeito preços. O primeiro tem a função de captar as mudanças na desigualdade decorrentes de alterações na composição da força de trabalho, enquanto o segundo capta as variações nos preços relativos dos atributos individuais. As estimativas empregadas demonstraram que "as variações observadas na desigualdade estão mais em função do efeito preço, associadas às mudanças nas taxas de retornos das características dos trabalhadores", e que "as alterações ocorridas nos retornos à educação são as mais importantes para explicar o comportamento da desigualdade de rendimentos entre grupos populacionais".

As características ocupacionais do mercado de trabalho passam a receber atenção especial das pesquisas, sobretudo em anos recentes, em uma espécie de volta à proposição de MALAN e WELLS (1975) sobre "se as instituições de mercado podem explicar os diferenciais ou se estariam apenas descrevendo padrões de desigualdades". Por exemplo, AMADEO *et al.* (1994) afirmam que "o mercado de trabalho pode atuar tanto como gerador quanto apenas como revelador de desigualdades". Quando a heterogeneidade dos trabalhadores ou dos postos de trabalho forma a base para a diferenciação salarial, o mercado estaria atuando como revelador de uma desigualdade já

existente na sociedade. Ao contrário, quando as diferenças salariais estão baseadas em atributos não-produtivos, como cor e sexo ou em atributos dos postos de trabalhos, o mercado atua como gerador de desigualdades, caracterizando discriminação, no primeiro caso, e segmentação, no segundo. Com os dados da PME de 1980 a 1991, AMADEO *et al.* (1994) argumentam que “o mercado de trabalho tende a atuar mais como revelador de uma desigualdade do capital humano dos trabalhadores, com a maior parte desta desigualdade gerada pelo sistema educacional”.

Outro trabalho abordando o assunto é o de BARROS e MENDONÇA (1995), que se esforçam no sentido de construir um arcabouço teórico capaz de explicar os processos de geração e reprodução da desigualdade. Segundo a interpretação do trabalho, a desigualdade pode ser iniciada tanto no período “pré-mercado”, quando os indivíduos disputam suas colocações no mercado de trabalho, na fase de competição. Na primeira fase, a desigualdade decorre da heterogeneidade dos indivíduos, em termos de suas habilidades natas, e pelo acesso ao capital público ou privado no financiamento em capital humano. Ao entrarem na segunda fase, estes indivíduos se deparam com um mercado de trabalho igualmente heterogêneo, onde o “casamento” entre postos de trabalho e trabalhadores determina o quanto este mercado vai amplificar ou apenas absorver a desigualdade inicial, considerando “a forma de como as características produtivas estão distribuídas e a sensibilidade da remuneração em relação a tais características”. Tudo o mais constante, e os aumentos na heterogeneidade e, ou na sensibilidade às características, levariam a aumentos no nível de desigualdade observada. Com o GRÁFICO 3 é possível perceber a capacidade atribuída a variável educação, entre as principais variáveis, no sentido de explicar a desigualdade de renda no Brasil, que está diretamente ligada à heterogeneidade dos trabalhadores.

GRÁFICO 3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE (%)



Fonte: IBGE, PNAD

Feito isso, é considerada a experiência do indivíduo no mercado de trabalho, sua experiência na empresa e seu nível educacional. Todas as variáveis se mostram importantes no entendimento dos diferenciais de rendimentos, sendo a educação a variável de maior poder explicativo, confirmando o papel de revelador de desigualdades do mercado de trabalho brasileiro. Sobre a educação ARBACHE (2003) argumenta incisivo a respeito do ativo:

“(…) a distribuição desse ativo pode ser a mais promissora forma para se reduzir a desigualdade e a pobreza. A distribuição de educação é politicamente mais fácil de ser empreendida do que, por exemplo, a distribuição de terra. Ademais, a distribuição de educação é não transferível, é reproduzível e pode, por isso, contribuir para a mobilidade e a redução da desigualdade e da pobreza. O problema da educação como instrumento de combate à pobreza, no entanto, é que ela requer prazo longo para afetar a pobreza e a desigualdade e não traz soluções para o problema da fome e da miséria, que requerem medidas de curtíssimo prazo.”

Ampliando o arcabouço de BARROS e MENDONÇA (1995), FERREIRA (2000) afirma que a desigualdade pode ter cinco grupos distintos de causas. O primeiro grupo corresponde à “heterogeneidade de características natas dos indivíduos e ao nível de riqueza inicial”. No segundo grupo, estão representadas “as diferenças obtidas no processo de investimento em capital humano, tais como educação e experiência no mercado”, já o terceiro grupo abrange “as formas pelas quais o mercado de trabalho gera ou amplia a desigualdade inicial, via discriminação, segmentação e, ou, projeção, sendo esta última o conjunto, em termos de rendimento, dos retornos que as características individuais dão origem”. O quarto grupo de causas da desigualdade está representado pelo “acesso diferenciado ao mercado de capitais”. Finalmente, o quinto grupo compreende “as características demográficas”. Segundo a abordagem, é na heterogeneidade do acesso ao sistema educacional, ou seja, a etapa da preparação, onde residem as principais fontes de dispersão dos rendimentos. E, desta forma, não se pode discordar de FERREIRA (2000) quando afirma que:

“(…) uma transição para um sistema mais igualitário, e com maior oferta de educação, poderia ocorrer via um aumento no poder político das camadas mais pobres da sociedade, passando por um período de maiores (ou melhores) gastos com a qualidade da educação pública”.

A respeito do mercado de trabalho gerar ou revelar desigualdades, suas características passam a ser amplamente empregadas em estudos sobre diferenciais de rendimento, tendo em vista a disponibilidade cada vez maior de informações individuais no tempo. O diferencial de renda decorrente do processo de escolhas ocupacionais é destacado pelos estudos, como em BARROS, MACHADO e MENDONÇA (1997), que dividem a população ocupada em 19 categorias ocupacionais, para estimar o “diferencial de rendimento entre trabalhadores com o mesmo nível educacional”. A conclusão indica que “a inserção ocupacional explica cerca de 25% da desigualdade salarial, medida pelo índice de Theil, entre os trabalhadores de menor nível de educação na Região Metropolitana de São Paulo, entre 1983 e 1993”. Quando os diferenciais são analisados dentro das ocupações, “este diferencial tende a ser maior nos grupos

ocupacionais de maior nível salarial” e, quando uma desagregação por sexo é empregada, é possível notar que “a estrutura das ocupações se faz mais importante para as mulheres, explicando 29% da desigualdade, ao passo que para os homens, a variável explica apenas 12%”.

Fatores socioocupacionais, discriminação e investimento em capital humano são, portanto, assuntos inerentes à discussão sobre a distribuição de rendimentos no Brasil. Apesar das pesquisas empíricas apontarem um papel predominantemente revelador de desigualdade para o mercado de trabalho, este se constitui como importante meio de caracterização do fenômeno, podendo atuar, como bem lembram **AMADEO et al.** (1994), “de modo a ampliar ou atenuar a situação”.

4. A EDUCAÇÃO E O SEU PAPEL NO PERÍODO ATUAL

É possível constatar que o rendimento da população tem um papel relevante na melhoria da distribuição de renda. Ao analisar o período mais recente através dos dados apresentados pelas **PNADS** de 1995 e 2005, respectivamente apresentados nas **TABELAS 1 e 2**, demonstram a evolução salarial conforme o tempo de estudo. Em média no Brasil, o grupo com até 4 anos de estudo apresenta um rendimento-hora 6,16 vezes menor que a população com mais anos de estudo, para o ano de 1995, sendo esta diferença para o ano 2005 igual a 5,38. Portanto, com os dados abaixo fica bastante evidente que os trabalhadores com menor nível de qualificação sofrem com a evolução de seus salários. Outro fato a ser observado é o perfil distributivo para os períodos de 1995 e 2005, de um modo geral todos os grupos apresentam uma queda no rendimento-hora da população ocupada, contudo o grupo da população mais prejudicado de 1995 para 2005 foram aqueles com 9 a 11 anos de estudo. Outro ponto relevante diz respeito a posição geográfica, que independente do grupo de anos de estudo apresenta o Nordeste com os piores níveis de rendimentos-hora e o Sudeste com os melhores níveis. Enfim, pode-se concluir ao observar as tabelas que o mercado de trabalho se tornou mais exigente em relação ao nível de qualificação, por exemplo, a dez anos atrás a pessoa com 9 a 11 anos de estudo obtinha ganhos maiores que no período atual.

TABELA 1 - RENDIMENTO-HORA DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM REAIS E GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES METROPOLITANAS – BRASIL - 1995

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por grupos de anos de estudo				
	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
Brasil (1)	5,60	3,00	4,20	7,10	18,50
Norte (2)	4,90	2,90	3,80	6,20	18,40
Rondônia	6,90	4,80	5,50	8,20	18,80
Acre	5,90	3,30	3,70	7,70	14,30
Amazonas	5,20	2,90	3,60	6,30	17,50
Roraima	6,50	5,30	6,20	8,00	9,50
Pará	4,50	2,70	3,30	5,50	19,50
Região Metropolitana de Belém	6,70	2,90	3,90	6,40	20,80
Amapá	6,50	3,70	4,40	8,30	20,60
Tocantins	3,90	2,10	3,50	5,40	26,70
Nordeste	3,30	1,90	2,90	5,30	15,60
Maranhão	2,40	1,50	2,40	5,10	11,80
Piauí	2,70	1,50	2,30	4,90	11,40
Ceará	3,10	1,70	2,60	5,20	14,90
Região Metropolitana de Fortaleza	4,40	2,20	2,80	5,50	15,90
Rio Grande do Norte	3,40	1,90	2,60	4,50	14,50
Paraíba	3,70	2,00	3,10	4,40	14,80
Pernambuco	3,60	2,10	2,90	5,20	14,00
Região Metropolitana de Recife	4,80	2,40	3,00	5,90	15,30
Alagoas	4,00	1,80	3,40	7,60	17,30
Sergipe	3,40	2,10	2,80	5,70	13,10
Bahia	3,60	2,10	3,20	5,30	20,80
Região Metropolitana de Salvador	5,90	2,20	3,10	6,30	25,30
Sudeste	6,80	3,70	4,70	7,90	19,50
Minas Gerais	4,90	2,80	3,70	6,80	17,70
Região Metropolitana de Belo Horizonte	6,60	3,30	4,20	7,70	21,40
Espírito Santo	6,60	4,10	5,00	9,50	18,70
Rio de Janeiro	6,60	3,10	4,10	7,20	18,20
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7,20	3,30	4,30	7,40	19,10
São Paulo	7,80	4,50	5,30	8,60	20,60
Região Metropolitana de São Paulo	9,30	5,20	6,00	9,60	23,80
Sul	5,90	3,40	4,30	7,40	17,10
Paraná	5,60	3,10	4,10	6,90	17,30
Região Metropolitana de Curitiba	8,10	4,30	4,70	8,80	22,30
Santa Catarina	6,60	4,10	4,80	9,10	18,00
Rio Grande do Sul	5,80	3,20	4,10	7,10	16,50
Região Metropolitana de Porto Alegre	7,50	3,30	4,60	8,00	19,60
Centro-Oeste	5,50	3,00	4,00	7,10	19,20
Mato Grosso do Sul	4,90	3,00	3,90	6,70	15,70
Mato Grosso	4,80	3,00	3,80	6,50	16,50
Goiás	4,40	2,70	3,90	6,00	16,10
Distrito Federal	9,80	4,50	4,80	9,60	23,90

Fonte: IBGE (2007)

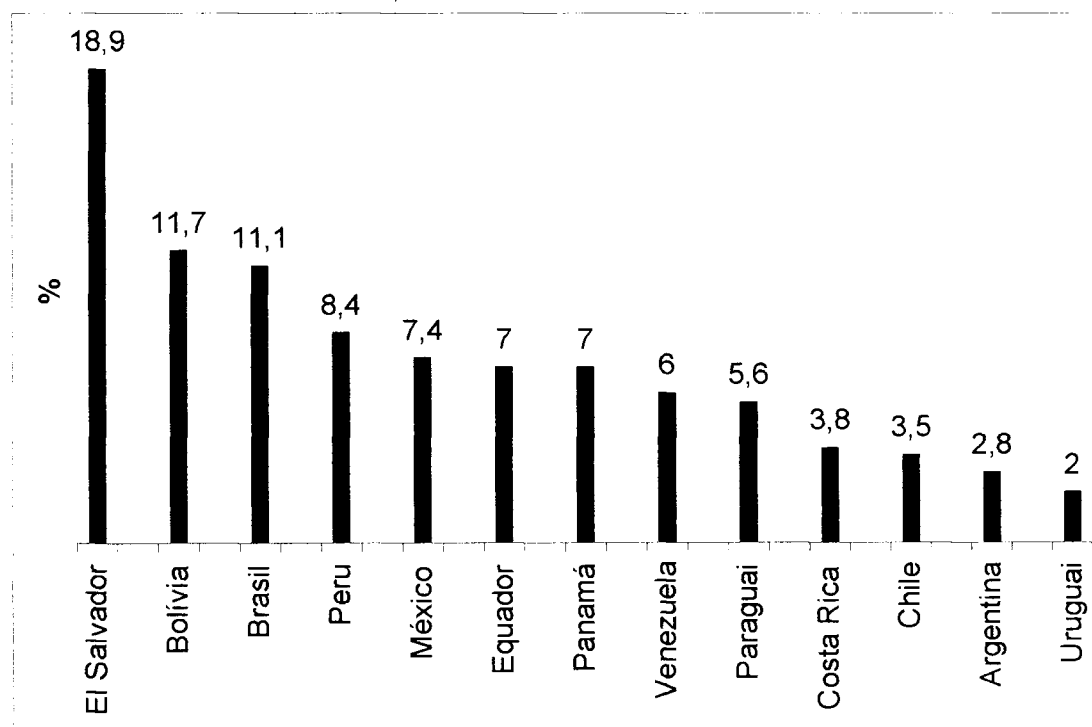
TABELA 2 - RENDIMENTO-HORA DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM REAIS E GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES METROPOLITANAS – BRASIL - 2005

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por grupos de anos de estudo				
	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
Brasil (1)	5,20	2,60	3,40	4,90	14,00
Norte (2)	4,40	2,60	3,10	4,50	12,10
Rondônia	5,40	3,60	3,90	5,00	14,40
Acre	4,90	2,30	3,00	4,90	11,90
Amazonas	5,00	2,80	3,60	4,60	14,10
Roraima	4,70	2,50	3,20	4,10	14,40
Pará	3,80	2,30	2,80	4,20	11,00
Região Metropolitana de Belém	4,50	2,40	2,80	4,30	12,90
Amapá	5,80	3,70	3,70	6,20	11,90
Tocantins	3,70	2,50	2,60	4,00	9,50
Nordeste	3,30	1,70	2,30	3,90	11,70
Maranhão	2,60	1,50	1,90	3,60	8,90
Piauí	2,90	1,40	2,10	3,70	11,20
Ceará	3,10	1,40	2,10	3,70	11,50
Região Metropolitana de Fortaleza	4,30	2,00	2,60	4,10	13,30
Rio Grande do Norte	3,90	2,10	2,70	3,80	13,80
Paraíba	3,40	1,80	2,40	3,70	11,50
Pernambuco	3,60	1,80	2,20	3,80	12,30
Região Metropolitana de Recife	5,00	2,20	2,50	4,10	14,70
Alagoas	3,60	2,00	2,30	6,00	10,30
Sergipe	3,60	2,20	2,50	4,20	10,20
Bahia	3,30	1,80	2,40	3,90	12,50
Região Metropolitana de Salvador	4,90	2,20	2,60	4,50	14,40
Sudeste	6,00	3,20	3,70	5,10	14,90
Minas Gerais	4,50	2,70	3,10	4,40	13,10
Região Metropolitana de Belo Horizonte	6,00	3,20	3,40	4,90	16,30
Espírito Santo	4,70	2,70	3,10	4,90	11,30
Rio de Janeiro	6,40	3,20	3,70	5,70	15,10
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	6,80	3,40	3,70	5,50	15,50
São Paulo	6,60	3,70	4,10	5,20	15,50
Região Metropolitana de São Paulo	7,50	3,80	4,20	5,40	18,00
Sul	5,70	3,30	4,00	5,30	12,80
Paraná	5,70	3,20	3,90	5,20	13,10
Região Metropolitana de Curitiba	6,80	3,80	4,00	5,50	14,80
Santa Catarina	6,00	4,00	4,40	5,50	12,50
Rio Grande do Sul	5,50	2,90	3,90	5,10	12,80
Região Metropolitana de Porto Alegre	6,80	3,20	4,30	5,50	14,90
Centro-Oeste	6,10	3,10	3,50	5,70	16,70
Mato Grosso do Sul	5,10	2,90	3,50	5,00	13,40
Mato Grosso	5,00	3,50	3,60	5,30	11,40
Goiás	5,00	2,90	3,30	5,20	13,50
Distrito Federal	10,80	3,40	4,40	7,50	24,40

Fonte: IBGE (2007)

É importante, ainda nesta seção, salientar que o mercado de trabalho desempenha papel fundamental na amplificação da desigualdade educacional, ao transformá-la em desigualdade de renda; logo as atenções devem estar voltadas a observar o processo de formação e distribuição das oportunidades educacionais no país. O Brasil apresenta índices indesejáveis em vários fatores que determinam a desigualdade de renda, porém o de principal destaque é atribuído a educação. Sabe-se que em um país onde o número de analfabetos é muito grande, a média da escolaridade é muito baixa, sendo assim refletida na desigualdade educacional. O gráfico abaixo faz um comparativo relevante entre os países latino-americanos no que tange a realidade educacional nestes países.

GRÁFICO 4. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO URBANA DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS - 2005

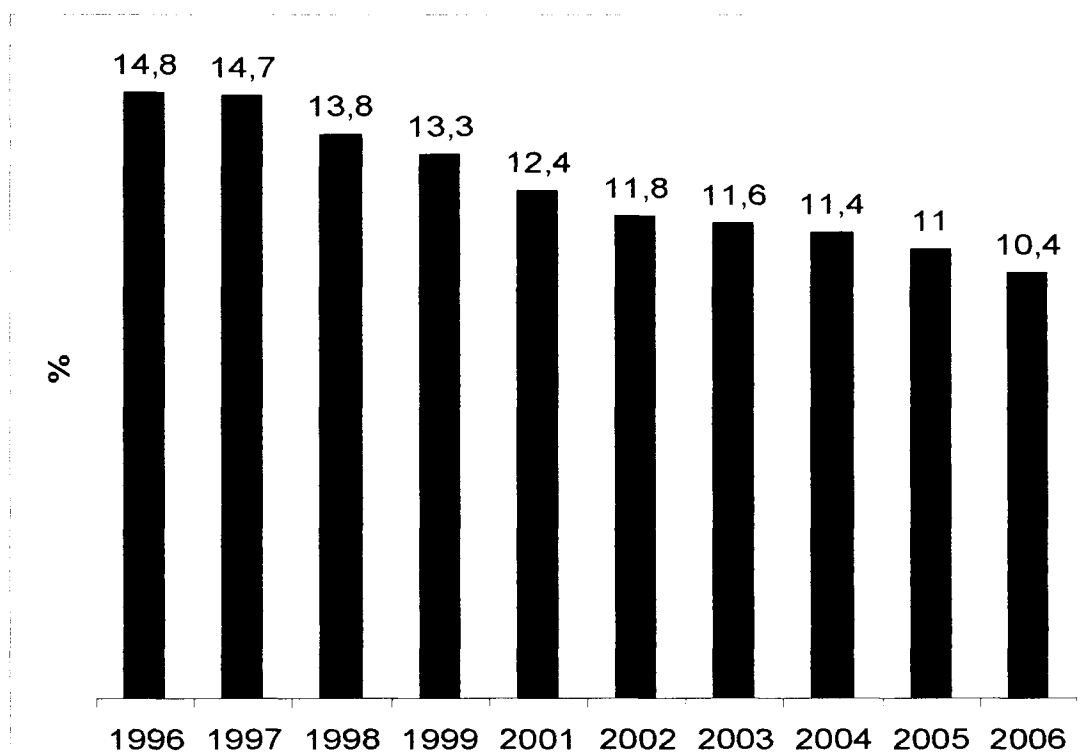


Fonte: CEPAL

Como é possível perceber o Brasil se encontra em uma posição desfavorável em relação a maioria de seus vizinhos, e vale lembrar que tal constatação se agrava ainda mais se for levado em conta que o Brasil possui um nível de desigualdade de renda maior que o da maioria dos países em questão.

Com as informações da PNAD (2006), sabe-se que a situação já foi pior, a taxa de analfabetismo encontrada para as pessoas de 15 anos ou mais, em 2006, foi de 10,4%, o que corresponde a 14,4 milhões de indivíduos. Dez anos antes (1996), a taxa era de 14,8%, sendo a redução, portanto, de quase 30%.

GRÁFICO 5. TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE - BRASIL - 1996/2006



Fonte: IBGE, PNAD (2006)

E o que vem sendo feito, de acordo com o IBGE (2007), para reverter tal situação:

(...) Em 2006, vários estados brasileiros já implementaram a mudança prevista na Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de ampliação da duração do ensino fundamental, de 8 para 9 anos. Esta ampliação objetiva que todas as crianças de seis anos, sem distinção de classe social, sejam matriculadas na escola. A lei estabelece que estados, municípios e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para se adequar à mudança. A ampliação em mais um ano de estudo deve produzir um salto na qualidade da educação: inclusão de todas as crianças de seis anos, menor vulnerabilidade a situações de risco, permanência na escola, sucesso no aprendizado e aumento da escolaridade dos alunos.

Para que os efeitos no processo de desenvolvimento econômico obtenham um maior êxito é preciso que haja um processo de expansão educacional, ou ainda, desenvolvimento deve estar diretamente relacionado a melhoria de vida. Pois como comprovam, BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), o Brasil “apresenta um atraso em termos da educação, de cerca de uma década em relação a um país típico com padrão de desenvolvimento similar ao nosso”.

5. A DESIGUALDADE DE RENDA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

É usual associar as mudanças ocorridas entre 1993 e 1995 ao Plano Real. De acordo com HOFFMAN (1998), é certo que “o estabelecimento de uma moeda relativamente estável a partir de julho de 1994 é uma conquista importante, com várias conseqüências benéficas sobre o funcionamento da economia e a distribuição da renda”. Mas o crescimento econômico tem certamente determinantes mais complexos, cabendo assinalar que a recuperação da economia ocorreu antes da implantação da nova moeda. “Após cair 0,30% em 1992, o PIB real cresce 4,43% em 1993, 5,85% em 1994 e 4,22% em 1995” (Conjuntura Econômica, 2000).

Observando a distribuição de renda na TABELA 3, é verificado que pelo final dos anos 80 a renda dos 50% mais pobres caiu aproximadamente 18%, abaixo do nível de 1981, e apenas quando a inflação começou a declinar novamente, depois do Plano Real, em 1995 é que as rendas reais se recuperaram para níveis similares àqueles do começo dos anos 1980.

O Plano Real apresenta evidências empíricas de que, em um primeiro momento, ocorreu uma discreta melhora nos indicadores de distribuição de renda. Enquanto em 1993, os 10% mais ricos detinham 49,0% da renda total, este mesmo extrato da população apropriou 47,1% em 1995. Ou seja, entre o ano imediatamente anterior e o ano imediatamente posterior à implementação do Plano Real ocorreu uma modesta melhora no perfil distributivo.

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO – BRASIL - 1981/1995 – EM %

Grupos de renda	1981	1986	1990	1992	1993	1995
O 1% mais rico	12,1	14,0	13,9	13,1	15,5	13,4
Os 10% mais ricos	44,9	47,3	48,1	45,1	49,0	47,1
Os 50% mais pobres	14,5	13,5	12,0	14,0	12,9	13,3
Os 10% mais pobres	0,9	1,0	0,8	0,8	0,7	1,0
Índice de Gini	0,564	0,584	0,602	0,575	0,603	0,592

Fonte: IBGE (PNAD), DIEESE (1995).

O Plano Real implementado em meados de 1994, consegue estabilizar o sistema de preços, e vem a favorecer os estratos mais pobres da população quanto à ampliação do poder de compra de suas rendas. O processo de abertura econômica e o ambiente de maior competitividade reduzem as margens de lucro, bem como os preços em geral, mas especialmente aqueles dos bens industrializados. A abertura contribui para a redução da desigualdade na pobreza ao beneficiar via preços mais baixos o consumidor das regiões mais pobres, justamente os menos afetados pela contrapartida em termos de desestruturação de atividades produtivas resultante de novos fluxos comerciais.

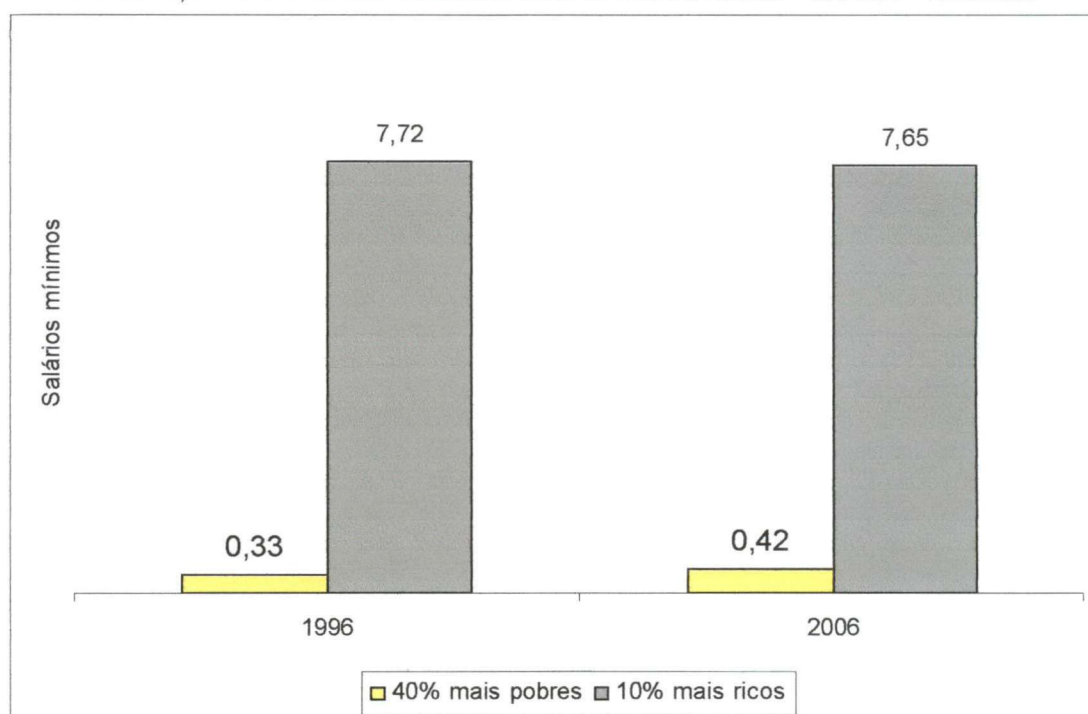
O impacto do plano de estabilização de 1994 acerca da renda, desigualdade e pobreza geram algumas controvérsias, estudiosos acreditam que o aumento generalizado das rendas levou a melhoria distributiva e redução da pobreza. Em BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2001):

“(...) a magnitude da pobreza, mensurada tanto em termos do volume e da percentagem da população como do hiato de renda, apresenta, na segunda metade da década de 90, uma tendência de manutenção de um novo patamar inferior ao observado desde o final dos anos 70. Isso indica, sem dúvida alguma, uma melhora aparentemente estável no padrão da pobreza, mas esse valor continua moralmente inaceitável para a entrada do Brasil no próximo século.”

Segundo dados da PNAD 2006, que demonstram a injusta realidade no GRÁFICO 5, o rendimento das famílias, para o ano de 2006, situados nos quatro primeiros décimos da distribuição de renda (os 40% mais pobres), o valor médio era de R\$ 147,00, ou pouco menos de ½ salário mínimo daquele ano. No último décimo, o rendimento alcançou quase R\$2.678,00, ou seja, 18 vezes mais. Considerando o conjunto de cerca de 565 mil famílias correspondente ao 1% mais rico, o rendimento médio era de R\$ 7.688,00 per capita. Para o ano de 1996 a

diferença de rendimento entre os 40% mais pobres e os 10% mais ricos foi igual a 23,5 vezes. Tais resultados evidenciam o alto nível de desigualdade de renda no país, apontando uma diferença mais expressiva de rendimento, entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, para o ano de 1996.

GRÁFICO 6 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DOS 40% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS - BRASIL - 1996/2006



Fonte: IBGE, PNAD 1996/2006.

Nota: Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2006.

Conforme as TABELAS 4 e 5, é possível observar que a população mais pobre representada em 2005 por um total de 30,43 milhões de pessoas em atividade, obteve um aumento de 1995 a 2005 no rendimento médio mensal em salário mínimo, de aproximadamente 10%. Enquanto a população ocupada representada por 7,61 milhões de pessoas que se ajustam entre os 10% mais ricos, no período mais recente apresentam uma perda de rendimento médio mensal na ordem de 17,5% comparativamente a 1995. De modo geral, no Brasil a região com a maior elevação do rendimento para os 40% mais pobres está representada pelo Centro-oeste, sendo o Norte do Brasil a região com maior queda no nível de rendimentos médios para os 10% mais ricos.

TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DOS 40% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEUS RESPECTIVOS RENDIMENTOS MÉDIOS MENSAIS EM REAIS E EM SALÁRIO MÍNIMO E RELAÇÃO ENTRE RENDIMENTOS MÉDIOS - BRASIL - 1995

Grandes Regiões	40% mais pobres da população ocupada (em milhões)			10% mais ricos da população ocupada (em milhões)			Relação entre rendimentos médios (B/A)
	Total (A)	Rendimento médio mensal em reais	Rendimento médio mensal em salário mínimo	Total (B)	Rendimento médio mensal em reais	Rendimento médio mensal em salário mínimo	
Brasil	23,37	205,19	0,68	5,84	4 338,85	14,46	21,2
Norte	0,98	211,86	0,71	0,24	3 915,69	13,05	18,5
Nordeste	5,87	129,45	0,43	1,47	2666,36	8,89	20,6
Sudeste	10,89	276,35	0,92	2,72	5017,22	16,72	18,16
Sul	3,83	254,8	0,85	0,96	4433,88	14,78	17,4
Centro-Oeste	1,67	220,86	0,74	0,42	4 385,53	14,62	19,9

Fonte: IBGE, PNAD (2006)

TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DOS 40% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEUS RESPECTIVOS RENDIMENTOS MÉDIOS MENSAIS EM REAIS E EM SALÁRIO MÍNIMO E RELAÇÃO ENTRE RENDIMENTOS MÉDIOS - BRASIL - 2005

Grandes Regiões	40% mais pobres da população ocupada (em milhões)			10% mais ricos da população ocupada (em milhões)			Relação entre rendimentos médios (B/A)
	Total (A)	Rendimento médio mensal em reais	Rendimento médio mensal em salário mínimo	Total (B)	Rendimento médio mensal em reais	Rendimento médio mensal em salário mínimo	
Brasil	30,43	226,32	0,75	7,61	3579,82	11,93	15,8
Norte	1,98	230,01	0,77	0,50	2627,31	8,76	11,4
Nordeste	7,38	129,11	0,43	1,85	2299,95	7,67	17,8
Sudeste	13,69	285,01	0,95	3,42	4060,88	13,54	14,3
Sul	4,87	289,72	0,97	1,22	3734,72	12,45	12,9
Centro-Oeste	2,29	268,74	0,90	0,57	4302,02	14,34	16,0

Fonte: IBGE, PNAD (2006)

Os dados acima, ainda que significativos para estabelecer uma análise sobre a distribuição de renda no Brasil, são insuficientes para demonstrar a pobreza e a miséria existentes no país, primeiramente por se tratar apenas da

população ocupada com rendimento, e também, deve-se reconhecer que muitos rendimentos são subestimados no Brasil, o que, portanto apontam para uma distribuição de renda ainda pior do que indicada pelos dados.

Para SOARES (2006), existem dois conjuntos de explicações para uma diminuição da desigualdade de renda a serem considerados. O primeiro é que “a desigualdade caiu graças à política social do Estado, em particular aos programas de transferência de renda”. O segundo é que “foi o mercado de trabalho o responsável por tal queda”. Hoje, o país conta com programas de transferência de renda para os estratos mais pobres da população brasileira. Sendo, o de maior expressão o Programa Bolsa Família, cujo crescimento foi notável no período de 2001 a 2004. SOARES (2006), aponta que “os registros administrativos mostram que os benefícios eram recebidos por sete milhões de famílias em junho de 2005”. E, que “se a explicação da queda na desigualdade for ligada aos programas de transferência de renda, esta poderá ser mantida apenas mediante aumentos na cobertura e orçamentos destes programas, o que será crescentemente difícil dada a situação fiscal do país”.

5.1. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) que consiste na transferência direta de renda à família foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº. 6.157 de 16 de julho de 2007, de acordo com a Controladoria-geral da União. O programa é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).

O programa paga as famílias o benefício por meio de cartão bancário, e os critérios exigidos pelo MDS, para a família ser beneficiada pelo programa são: o acompanhamento da saúde, inclusive pré-natal, e do estado nutricional de todos os integrantes da família; a matrícula no ensino fundamental e a frequência de 85% à escola de todas as crianças em idade escolar; a participação em

programas de educação alimentar, quando ações dessa natureza forem oferecidas pelos governos federal, estadual e/ou municipal.

TABELA 6. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

UF	Qtde. municípios atendidos	Qtde. famílias atendidas
AC	22	53.904
AL	102	357.314
AM	62	218.522
AP	16	38.576
BA	417	1.437.874
CE	184	909.769
DF	1	40.195
ES	78	196.707
GO	246	271.693
MA	217	743.001
MG	853	1.128.704
MS	78	117.614
MT	141	138.840
PA	143	539.302
PB	223	423.749
PE	185	919.469
PI	223	373.186
PR	399	446.242
RJ	92	506.511
RN	167	308.562
RO	52	99.854
RR	15	36.395
RS	496	434.022
SC	293	143.613
SE	75	189.714
SP	645	1.146.659
TO	139	108.817
TOTAL	5.564	11.328.808

Fonte: SIBEC (2007)

De acordo com a agência Reuters (2006), mais de 11,1 milhões de famílias de todo o país ou seja, cerca de 45 milhões de pessoas, receberam 8,2 bilhões de reais, o que corresponde a 0,4% do PIB brasileiro. Entre os estados brasileiros com maior número de municípios beneficiados aparecem Minas Gerais seguido de São Paulo e Sergipe, sendo que o maior número de famílias que recebem o benefício por estado é verificado na Bahia. O grande obstáculo ao

Programa é monitorar continuamente as informações exigidas das famílias para que elas continuem fazendo parte do Programa Bolsa Família. Com a atualização dos dados no início de 2007, o Ministério de Desenvolvimento Social afirmou que 4.076 famílias teriam o dinheiro bloqueado por falharem reiteradamente na exigência de os filhos em idade escolar não faltarem a mais do que 15% das aulas.

Mesmo com o apoio do Banco Mundial, que afirma ser o PBF voltado “para os extremamente pobres” e o dinheiro provedor de “uma ajuda de emergência, enquanto as condicionalidades promovem o investimento de longo prazo no capital humano”. E, o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), quando inclusive recomenda que países em desenvolvimento adotem o Programa brasileiro, é perceptível inúmeras críticas a ação do governo, quando afirmam que “o Programa não traz soluções a médio e longo prazo” ; porém o que se entende é que o Programa Bolsa Família tem obtido resultados significativos na tentativa de reduzir os índices de miséria no Brasil.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi visto, pode-se inferir que mudanças nas medidas da distribuição de renda estão longe de se tornar fato concreto. Conforme foi desenvolvido o trabalho, nota-se que a distribuição de renda foi marcada por pontos específicos em cada década observada. Nos anos 1970, toda a discussão sobre a distribuição de renda esteve associada ao crescimento acelerado da economia. A elevada aceleração do ritmo de crescimento elevou o rendimento médio conjugado a um processo de concentração de renda. Os efeitos sociais não foram tão intensos devido à capacidade de o crescimento econômico gerar, em volume expressivo, novas oportunidades de trabalho. Já o início dos anos 80, em um contexto caracterizado por uma crise internacional e outra relativa ao financiamento externo do país, foi sucedido por uma trajetória de sistemática instabilidade econômica atrelada a taxas de inflação crescentes. O que se observou foi que segmentos de renda média e alta conseguiram proteger seus níveis de renda tanto pelo mercado de trabalho como pelas oportunidades de preservação do poder de compra dos rendimentos criadas pelo mercado financeiro. Ao contrário, o segmento de baixa renda não teve as mesmas possibilidades, conhecendo uma perda de renda importante ao longo do período. A segunda metade dos 1980, após a ineficiência do Plano Cruzado, se estabeleceu a tendência de deterioração da distribuição de renda.

Os anos 1990 foram marcados por uma nova dinâmica para a distribuição de renda, diferente das situações encontradas para as décadas anteriores. As alterações da distribuição de renda nos anos 1970 se fizeram em um contexto de crescimento econômico acelerado. Já, os altos níveis de inflação dos anos 1980 foram amenizados no início dos anos 1990, por uma política de abertura comercial conjugada a uma situação de baixo crescimento. Assim, o movimento inflacionário explosivo do início da década de 1990 foi sucedido por um outro de estabilidade dos preços. E, se a inflação crescente teve um papel importante para a deterioração da distribuição de renda nos primeiros anos da década, a estabilidade de preço contribuiu para a reversão desta tendência.

No Brasil é difícil que haja um consenso para a solução do problema referente à desigual distribuição de renda. As circunstâncias políticas e macroeconômicas ao longo dos últimos anos foram das mais variadas, e o país apresenta um crônico problema de distribuição de recursos existentes. É imprudente dizer que apenas uma medida específica soluciona o problema, principalmente em um país que não possui somente obstáculos distributivos, mas sim problemas estruturais generalizados. A educação é sem dúvida um importante ativo econômico, capaz de promover reais mudanças no âmbito da desigualdade de renda. Entre os fatores levantados como principais causas da desigual distribuição de renda, como heterogeneidade educacional, características socioocupacionais e discriminação, conclui-se que a educação explica com 23,9% (RAMOS, 1991), entre outros fatores de menor relevância, as disparidades de renda no país. O que se tem até o momento é a certeza de que o Brasil possui recursos suficientes para extinguir essa desigualdade extremada, que se mantém inerte e resiste às mudanças estruturais e conjunturais por todos esses anos. Sendo assim, concorda-se que o aumento contínuo da escolaridade seria uma estratégia que levaria ao crescimento econômico com menor desigualdade. E, diante do que foi visto, concorda-se que políticas ativas de transferência de renda têm um papel fundamental nas transformações dos padrões distributivos.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E.; *et al.*. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 33p. (Texto para discussão nº 353).
- ARBACHE, J. S.; **Pobreza e Mercados no Brasil**. Brasília: CEPAL, 2003.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.S.P.. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. 59p. (Texto para discussão nº377).
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.S.P.. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 24p. (Texto para discussão nº 800).
- BARROS, R. P.; MACHADO, A. F.; MENDONÇA, R.S.P.. **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 36p. (Texto para discussão).
- BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. *Revista Brasileira de Economia*, v. 49(2). P. 353 – 373. 1995.
- BONELLI, R.; SEDLACEK, G.L.. **Distribuição de renda: evolução no último quarto de século**. In: SEDLACEK, G.L., BARROS, R.P. (Orgs.). *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. p. 7 – 24.
- CACCIAMALI, M. C. **Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade**. In: D. & Vasconcelios, M.A. S., *Manual de Economia*, São Paulo: Ed. Saraiva, 2002, p. 406:422.
- CASTELLO BRANCO, R.. **Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: EPGE/FGV, 1979. 162p. (Série Teses EPGE, n.1).
- FERNANDES, R; MENEZE FILHO, N.A. **A evolução da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil metropolitano: uma análise para o período de 1983 a 1997**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1999, Belém. **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia**.
- FERREIRA, F.H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.p. 131 -158.
- FISHLOW, A. **“Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira Após 1964”**. Estudos CEBRAP n. 7,1972.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 257 p.

HOFFMANN, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/90.** *Revista Brasileira de Economia*, v. 49(2). P.277 – 294.1995.

HOFFMANN, R. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil.** In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.p. 81 -107.

HOFFMANN, R. e DUARTE, J. C. **A distribuição da renda no Brasil.** *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo, 1972, p. 46-66.

HOFFMANN, R. e KAGEYAMA. **A distribuição de renda no Brasil, entre famílias entre pessoas, em 1970 e 1980.** Trabalho para discussão interna, São Paulo: IPE-USP, n. 4/85, 1985.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese de indicadores 1995.** Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

IBGE. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#download>

IBGE. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>

LANGONI, C. G. (1973) **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973. 315p.

MALAN, P.; WELLS, J. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** In: TOLIPAN, R.; TINELLI, C. (Orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 241 – 262.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia>>

RAMOS, L. **Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21(3). P. 423 – 448. dez. 1991.

RIBEIRO, C. A. C. **Um panorama das desigualdades na América Latina.** *Análise de Conjuntura* nº6, junho de 2006.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI?** Cópia xerográfica. 2000, 21p.

SENNA, J. C. Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 30, n.2. p.163-193. abr/jun 1976.

SIBEC. **Sistema de benefícios ao cidadão**. Disponível em: <https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp>

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília: IPEA, 2006 (Texto para discussão nº 1166).

WAJNMAN, S. **Estrutura demográfica da população economicamente ativa e distribuição de renda: Brasil – 1970/1980**. Belo Horizonte UFMG, 1989. 116p. Dissertação (Mestrado em Demografia).